



Prêmio Innovare

Prêmio Innovare: Pós-graduação da FDSBC integra Banco de Boas Práticas

O Prêmio visa identificar e disseminar atividades que se desenvolvem no interior do sistema de Justiça do Brasil.

Da Redação
quarta-feira, 25 de janeiro de 2023
Atualizado às 11:23

Compartilhar Siga-nos no

Pós-graduação em Direito das Diversidades e Inclusão Social, da **Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo**, integra o "Banco de Boas Práticas" da 19ª edição do "Prêmio Innovare 2022".

O Prêmio visa identificar e disseminar atividades que se desenvolvem no interior do sistema de Justiça do Brasil. Durante a seleção, projetos são inscritos e selecionados em diferentes categorias, sendo elas: Prática Premiada, Homenageada, Destaque e Deferidas.



Imagem: Pixabay

A pós-graduação em Diversidades foi incluída na categoria "Deferidas", a qual é julgada pela Comissão composta por ministros, desembargadores, promotores, juízes, defensores, advogados e outros profissionais que contribuem com o avanço do sistema jurídico do país.

Coordenado por Denise, professora titular da FDSBC, o curso de especialização em Direito das Diversidades e Inclusão Social dispõe de atividades a fim de que eliminem, ou ao menos minimizem, posturas preconceituosas, racistas, xenofóbicas, conflitos religiosos e a marginalização de grupos minoritários em geral.



Siga-nos no

Comentários

Lembrete: Os comentários não representam a opinião do Migalhas; a responsabilidade é do autor da mensagem.

Deixe seu comentário

ENTRAR

APOIADORES

ver todos

FOMENTADORES

ver todos

PATROCÍNIO

MANUAL DE REDAÇÃO JURÍDICA
Seu guia diário!
+ 2.800 verbetes

QUENTES MAIS LIDAS

- Mãe pagará danos morais por não chamar pai de seu filho para batizado
- Valor de inventário extrajudicial no RJ aumenta mais de 1.000%
- Santander parte pra cima das Americanas

ARTIGOS MAIS LIDOS

- As ilegalidades e o desvio de finalidade das novas regras do e-Social para inclusão de dados de processos trabalhistas
Edgar Santos Tavares Dias
- Governo Federal sanciona lei que tem como finalidade a adequação à LGPD do cadastramento em órgãos públicos
Ana Lúcia Pinhe Ribeiro de Paiva e Marcos Rafael Faber Galante Carneiro



5 A (re)avaliação da prova como critério de admissibilidade e julgamento do recurso especial e fonte de promoção da justiça
Paulo Henrique Cremonese, Humberto Massayuki Taba e Marcio Sebastião Aguiar

EDITORIAS

- Migalhas Quentes
- Migalhas de Peso
- Colunas
- Migalhas Amanhecidas
- Agenda
- Mercado de Trabalho
- Migalhas dos Leitores
- Pílulas
- TV Migalhas

SERVIÇOS

- Academia
- Autores
- Autores VIP
- Catálogo de Escritórios
- Correspondentes
- Eventos Migalhas
- Livraria
- Procuradores
- Webinar

ESPECIAIS

- #coexistig
- dr. Pintassilgo
- Lula Fala
- Vazamentos Lava Jato

MIGALHEIRO

- Central do Migalheiro
- Fale Conosco
- Apoiadores
- Fomentadores
- Perguntas Frequentes
- Termos de Uso
- Quem Somos

MIGALHAS NAS REDES

-
- ISSN 1983-392X

